5 O pai da pós-modernidade

5.1 Uma breve incursão pela modernidade: a constituição de um novo modelo familiar

O sociólogo britânico Anthony Giddens (1991; 2002) valoriza o tema da modernidade pelas discontinuidades que a caracterizam em contraponto às ordens sociais “tradicionais”. Sua definição mais geral localiza esse período histórico como equivalente ao mundo industrializado surgido após o declínio do feudalismo na Europa a partir do século XVII, cuja influência ganhou proporções mundiais desde então. Trata-se de uma época de uma profícua emergência de instituições, estilos de vida, organização social e comportamentos cujo pano de fundo é a ascensão do capitalismo. Giddens (2002) afirma que a modernidade produz certas formas sociais distintas, sendo a de maior importância o Estado-nação, que possui uma conformação bastante específica quanto à territorialidade e à capacidade de vigilância, monopolizando o controle efetivo sobre os meios de violência.

Bourdieu (2005), por sua vez, nos mostra que a ordem social moderna funciona como uma máquina simbólica que tende a afirmar a dominação masculina sobre a qual se apoia. Desde cedo, os homens e as mulheres são preparados para desenvolver determinadas funções que competem a sua classe, de forma que a força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção. O androcentrismo impõe-se como neutro e não precisa se enunciar em discursos que visem a legitimá-lo. Assim, o autor destaca três estruturas da sociedade como responsáveis pela reprodução destes modelos de dominação masculina: a Família, a Igreja e a Escola.

Os historiadores e cientistas sociais assinalam que a família pré-moderna destaca-se por ser *extensa*, na medida em que sua convivência não se aglutinava no modelo nuclear, mas sim de maneira estendida em um espaço comum que abarcava diferentes gerações. O pai era a figura de autoridade neste período, sendo seu poder quase absoluto e incontestável. Possuía, na família, um lugar análogo ao do rei no espaço público. Com as mudanças ocorridas a partir do século XVIII, emerge um novo modelo familiar, no qual o convívio passa a ser mais restrito, se configurando no arranjo da família nuclear. A família moderna se

estrutura no bojo da centralidade assumida pela burguesia na tradição ocidental. A partir de então, o poder paterno começou a ser relativizado, mantendo-se nos espaços privados, que passam a ser diferenciados em cômodos distintos entre pais e filhos. Surge a figura do pai como permanentemente evocada pela mãe em situações de transgressão dos filhos, como agente da punição e executor dos limites necessários (BIRMAN, 2007).

Ao mesmo tempo, na modernidade, o homem caracteriza-se por estar voltado para o espaço público por encontrar-se fortemente vinculado às relações de trabalho. No que concerne ao convívio familiar, é considerado ausente e distante, tendo como principal função a de sustento material. No que diz respeito à paternidade, é percebido como rígido e disciplinador. Além disso, é portador de uma autoridade superior aos demais membros da família e todos lhe devem respeito e obediência.

Como consequência de todo esse processo, o homem moderno tem dificuldades para separar sua individualidade das funções de pai. Acabou por ficar de fora de uma relação mais intensa com a família: há ausência de diálogo, principalmente com os filhos. A cultura moderna contribuiu para que esta situação se estabelecesse, mantendo o homem em uma posição hierárquica superior aos demais membros da família e designando-o como o provedor financeiro da mesma (GOMES e RESENDE, 2004).

A dissolução dos sistemas familiares tradicionais não é a única causa do enfraquecimento da figura paterna tal como concebida na modernidade. Moore e Gillette (1993) defendem que um dos principais motivos para esta situação é o desaparecimento dos rituais de iniciação dos meninos na condição adulta. Tais rituais são bastante nítidos nas sociedades tribais, conforme nos mostram os estudos antropológicos apresentados no capítulo quatro. Durante a constituição da civilização ocidental, os processos ritualísticos foram abandonados ou amenizados, se dissolvendo em atividades menos significativas, incapazes de demarcar com clareza uma mudança de estado na vida do indivíduo. Quando o ritual é desacreditado como um processo sagrado, capaz de realizar uma verdadeira transformação. As cerimônias ficam sem sentido e não possuem o poder necessário capaz de realizar uma verdadeira transformação de consciência. Sem a ligação com o ritual, homens e mulheres tem dificuldades com os processos

através dos quais conquistam sua identidade sexual de forma profunda, madura e vivificante.

5.2

A crise da identidade masculina na pós-modernidade

Na passagem do século XVIII para o século XIX, acreditava-se que a sociedade poderia ser reinventada em bases diferentes através de uma transformação radical do antigo modo de existência. O ideário da revolução, que se iniciou com a da Revolução Francesa, marcou a modernidade como uma totalidade. Posteriormente, o Romantismo influenciou toda a tradição literária e estética no Ocidente. Esboçou-se assim a possibilidade da expressão de novas linguagens, que passaram a se manifestar efetivamente com as novas formas artísticas que surgiram desde então (BIRMAN, 1999).

Eagleton (1996) define a pós-modernidade como uma linha de pensamento questionadora das noções clássicas de verdade, razão, identidade e objetividade. Apresenta também uma crítica à ideia de progresso, aos sistemas únicos, às grandes narrativas e aos fundamentos definitivos de explicação, visão esta predominante até a época da modernidade. Para o mesmo autor, o mundo pós-moderno seria marcado por ser contingente, diverso, instável e imprevisível. Constituiria-se, portanto, como um conjunto de culturas ou interpretações desunificadas que gerariam certo grau de ceticismo em relação à existência de uma verdade objetiva. Assim, tudo poderia ser relativizado, como a história, as normas e a própria constituição de identidades.

Joel Birman (2006) parece endossar esta concepção de um momento de ruptura para a civilização através do mapeamento das condições da subjetividade contemporânea. Tudo se transforma de modo veloz e traz consequências para a organização do psiquismo humano. No seu entendimento, a crise da modernidade está diretamente relacionada com a decadência da figura do pai como um símbolo de poder, autoridade e transcendência. Anteriormente tais atributos diziam respeito às figuras do soberano e de Deus. Desta forma, a experiência subjetiva atual seria marcada pelo desalento, pela perda dos processos de simbolização e pela dor. Desprovidos das certezas produzidas pela modernidade, os sujeitos desencadeiam uma série de sintomas sociais e psíquicos com o objetivo de superar

o desamparo do qual padecem. O autor destaca como as principais modalidades deste sofrimento o masoquismo, a violência, a servidão e a despossessão subjetiva, que são utilizados pelas pessoas como formas de se relacionar com sua precariedade. Como solução para estes sintomas, o autor aposta no surgimento de possibilidades menos esmagadoras e mais criativas de existir, destacando a feminilidade como um importante novo caminho para a constituição subjetiva.

De acordo com Birman (2007), nos anos de 1950-1960, foi desencadeado um processo radical de transformação da estrutura familiar moderna, cujo gatilho foi o movimento feminista. Na medida em que as mulheres passaram a reivindicar novos espaços, bem como a demandar condições igualitárias em relação aos homens no cenário social e no mercado de trabalho, uma nova configuração da ordem familiar começou a se tecer, já que as figuras parentais deixaram de se restringir à ocupação dos papéis tradicionais. Progressivamente, as famílias monoparentais e a união de parceiros com prole anterior se multiplicaram, dando ensejo a variadas possibilidades de conformações familiares.

Nos últimos anos, os estudos sobre a constituição da identidade masculina – isto é, sobre a noção que o homem tem de si mesmo ou como se descreve – têm apontado para uma crise da masculinidade do homem moderno (NOLASCO, 1995; SILVA, 2000). Esta crise da masculinidade afeta diretamente o exercício da paternidade pelos homens. Passamos por um momento de fluidez dos papéis masculinos, no qual não existem referências concretas e seguras nas quais os homens possam se apoiar. Moore e Gillette (1993) chegam a afirmar que não há mais uma quantidade suficiente de homens amadurecidos que possam desempenhar o papel de anciãos ou guias para os mais jovens.

Já Unbehaum (2000) defende uma maior potencialidade dessa passagem histórica. Para esta autora, os pais pós-modernos estão em uma posição transitória entre o modelo patriarcal de antigamente, ou seja, identificados com a responsabilidade masculina de prover economicamente a sua família, e o desejo de um maior envolvimento afetivo com a mulher e os filhos. Reiterando esta perspectiva, Beltrame e Bottoli (2010) assinalam que o pai da atualidade não busca copiar os padrões antigos de pai e nem ocupar o lugar materno. Ele busca sua própria vivência, ancorado nas gerações anteriores, construir uma relação baseada no seu desejo de participar ativamente da criação dos filhos e com eles ter

uma relação mais afetiva ao mesmo tempo em que cumpre as exigências sociais que lhe são impostas.

Faria (2003) destaca a importância do papel da cultura nos conceitos de paternidade pós-modernos. Os modelos culturais mostram o que será esperado de alguém que se torne pai. Nesse sentido, o autor propõe que a paternidade deva ser compreendida numa dimensão ampla, que abranja o conjunto de ideias e valores determinantes do que é ser pai em um dado contexto sócio-histórico. No caso do pai pós-moderno, evidencia-se a necessidade de que ele possa manter algumas das funções e características que eram comuns aos homens da modernidade, mas também precisa ser capaz de assimilar outras novas.

A participação paterna na criação e nos cuidados com os filhos mostra-se cada vez mais importante nos últimos anos. Nota-se uma tentativa dos homens em modificar a imagem tradicional que se tem do pai, deixando de ser apenas o provedor financeiro e figura de autoridade que mantém um relacionamento distante com seus filhos. Uma grande parcela dos pais busca uma maior participação nas atividades cotidianas familiares, com grande destaque para as que se referem aos cuidados com os filhos.

O despreparo dos homens para as questões afetivas demonstram os conflitos e inquietações masculinos, que, por sua vez, se desdobram em consequências múltiplas nos relacionamentos amorosos. Desta forma, é comum encontrá-los confrontando suas posições de homem, marido, profissional e pai, tentando descobrir uma forma de uni-las e vivenciá-las em meio a tantas contradições (ALMEIDA, 2007).

Num espectro mais sociológico, a ausência da função reguladora do pai moderno na sociedade pós-moderna pode causar distúrbios tanto no âmbito individual, na dificuldade do homem em estabelecer uma identidade masculina saudável; como no coletivo, sob a forma da delinquência infanto-juvenil e da violência exacerbada. Von der Heydt e Zoja (*apud* FARIA, 2003) afirmam que os conflitos dos pais pós-modernos surgem de um enfrentamento entre a ordem do pai e a sociedade que, de uma maneira geral, despreza o valor paterno como imagem de autoridade. Para os pais, este conflito presentifica-se nas tensões existentes entre a formação patriarcal que recebem e a necessidade atual de cuidar mais diretamente de seus filhos.

5.3

A relativização dos arquétipos masculinos na cultura atual

Boechat (1997) sinaliza que muitos homens procuram análise nos dias de hoje apresentando uma grande incerteza acerca de sua identidade sexual. Demonstrem insegurança na forma como um homem deve comportar-se socialmente e funcionar internamente. Esses sentimentos de confusão de gênero ocorrem a partir das grandes mudanças nos referenciais culturais da pós-modernidade. Na ótica arquetípica que nos foi introduzida por Jung, podemos ler esses fenômenos como decorrentes do fato de que “os arquétipos masculinos, como determinantes do inconsciente coletivo, sofrem também uma constelação cultural que dá colorido particular às suas manifestações” (*Idem*, p. 14).

Ainda segundo o mesmo autor, podemos dizer que ocorre uma relativização dos arquétipos masculinos na cultura atual, visto que o modelo cultural da pós-modernidade põe em xeque a dominância masculina. Essa mudança não é pessoal, mas da cultura, por isso pode-se dizer que se trata de uma mutação de ordem arquetípica. Como vimos acima, as imagens que fundamentam as referências de gênero para os indivíduos sofrem alterações com as transformações sócio-culturais. Na perspectiva junguiana, a imagem que temos conscientemente do pai, o que é idealizado e que faz o próprio homem e outras pessoas acreditarem que ele é pai, mudam com rapidez. De forma oposta, os arquétipos possuem um caráter mais permanente, atuando e nos guiando das profundezas do inconsciente (ZOJA, 2005).

A esse respeito, Boff (2013) nos mostra que o enfraquecimento da figura do pai desestabilizou a família. Para este autor, ocorreu uma morte social do pai, pois este deveria exercer uma importante função para filhos e filhas: a de criador de limites. Para o autor, esta omissão do pai é inaceitável, pois ela desestrutura os filhos, debilita a vontade destes de assumir e ter autonomia em relação às suas próprias suas vidas. É necessário um regate do valor inalienável e permanente desta figura de pai. O pai é a primeira figura que rompe a relação primordial entre mãe e filho e introduz este no mundo social. O pai é o arquétipo e a personificação simbólica das atitudes que regem a sociedade, como a ordem, a disciplina, o direito, a autoridade e os limites. Quando falta esta referência paterna aos filhos, eles sentem-se inseguros, perdidos e sem iniciativa. O reconhecimento

da autoridade e a aceitação de limites são de fundamental importância para o jovem, e essas coordenadas constitutivas lhe são transmitidas através da figura do pai.

Além disso, Boff (2013) também considera que existe um princípio antropológico do pai que seria uma estrutura permanente e, portanto, crucial ao processo de individuação de cada pessoa. No entanto, esta função da criação da personalidade não estaria condenada a desaparecer. Ela continuará a ser internalizada pelos filhos como uma matriz na formação de suas personalidades. O autor distingue esse princípio antropológico de pai dos modelos de pai que são historicamente constituídos. Estes modelos se transformam conforme o tempo e o lugar em que se manifestam.

Constatamos, diante dessa série de argumentos que circundam a temática do lugar do pai na pós-modernidade, que se trata de uma questão de grande complexidade, de modo que não constitui uma tarefa fácil esclarecer o quê e o quanto mudou na paternidade da sociedade moderna para a pós-moderna. Na tentativa de circunscrever algumas dessas diferenças, buscamos elucidar quais características dos pais destes dois momentos se encontram em evidência nas suas sombras e personas.

À persona do pai da modernidade, atribuímos as características enunciadas acima, relativas à centralidade do patriarcado e da função de autoridade do homem na família naquele momento cultural. Já na dimensão da sombra, podemos supor que se localizam as qualidades reprimidas e afastadas da personalidade consciente do homem daquele período, justamente por terem afinidade com os aspectos femininos como a passividade e a dedicação doméstica, os quais, como vimos, encontravam-se maciçamente ligados à figura concreta da mulher. Para o homem e o pai da modernidade, não era comum ter um relacionamento próximo e amoroso com os filhos, pois os cuidados infantis eram uma tarefa inteiramente imbuída à mulher. Sua posição social e os costumes da época lhe exigiam certo distanciamento emocional da família. Já para o homem da pós-modernidade, a expressão e a manifestação desses predicados que ficavam na sombra do homem moderno tornam-se possíveis. Do mesmo modo, os elementos que pertenciam à sombra do pai da modernidade se presentificam na persona dos pais atuais, na medida em que há uma apreensão mais ampla de tais características na consciência e que podem ser experimentadas. Tal constatação se evidencia,

sobretudo, em uma maior expressão da sensibilidade, possibilitando ao homem um contato íntimo com seu lado feminino inconsciente – assunto que exploraremos abaixo.

Em contrapartida, os aspectos da sombra do pai pós-moderno acabam se alocando na persona do pai da modernidade. Na perspectiva junguiana, quando a sombra alcança a consciência, ela perde sua força, fica despotencializada. Daí resulta a assertiva de que os conteúdos da sombra de um indivíduo que pudessem se tornar conscientes teriam menor influência sobre seu comportamento. Estaria o pai de pós-modernidade lidando com esta sua sombra, representando a autoridade e a imposição de limites, de uma forma fracassada? Se sim, como consequência imediata desse mecanismo, não estaria exercendo sua função interditora, conforme acontecia na modernidade?

Além disso, a possibilidade de que a sombra seja elaborada através de projeções feitas em outros indivíduos, confere inteligibilidade à hipótese de que ela seja mais facilmente integrada pelos homens da pós-modernidade, pois há mais pessoas conhecidas no meio social com comportamentos alternativos ao modelo da autoridade. Como abordamos sistematicamente no segundo capítulo deste trabalho, a sombra é uma imagem da própria pessoa que ela não quer reconhecer, seus conteúdos são evitados por serem incompatíveis com as normas sociais vigentes. Como os valores que conduzem a sociedade mudaram no sentido de uma maior liberdade de expressão em uma lógica igualitária, os aspectos que ficam na sombra tendem a acompanhar estas variações. Por isso, pode-se supor que a sombra do homem moderno possa ser mais facilmente vivenciada pelo homem da pós-modernidade.

De acordo com a teoria junguiana, entende-se a vivência por parte dos homens dos aspectos femininos de sua psique como uma maior integração com a anima. Conforme mencionamos no capítulo dois, anima é a parte feminina na psique do homem, seu lado feminino inconsciente que estaria por trás da personalidade masculina consciente. Esta integração possibilitaria uma maior vivência dos sentimentos masculinos e um maior uso de sua criatividade nas atividades cotidianas.

Em oposição, para Moore e Gillette (1993), o que falta não é uma ligação adequada com o lado feminino interior, ou seja, esta integração dos homens com a anima. O que falta aos homens é uma relação adequada com as energias

masculinas profundas e instintivas, enfim, com o potencial da masculinidade amadurecida. Eles acreditam que essa ligação foi impedida pela instauração do modelo patriarcal e também pela crítica ao masculino introduzida pelo feminismo, direcionada à pouca masculinidade que ainda restava aos homens.

Como pudemos observar, sobressaem dois tipos de posição em relação ao homem e ao pai pós-modernos. A primeira é a favor da existência de um novo homem. A segunda, por sua vez, critica a existência e até mesmo a utilidade deste novo pai.

5.4 Um novo pai?

As transformações do papel masculino com relação à família, aos cuidados infantis, bem como a crescente participação e envolvimento nas responsabilidades com os filhos, são algumas das grandes mudanças que se observa nas sociedades ocidentais a partir do século XX (SOUZA e BENETTI, 2009). Os estudos de gênero iniciados após as conquistas feministas permitiram que se começasse a examinar com maior rigor o homem e a identidade masculina. A partir daí, como nos informa Silva (2000), pensa-se em “masculinidades” diferentes, com a introdução de um “novo homem”, que passa a assumir sua fraqueza e fragilidade. De certa forma, a sensibilidade, antes considerada um atributo exclusivamente feminino, passa a figurar mais explicitamente na subjetividade masculina.

A esta proposta de “novo homem”, seguiu-se o conceito de “novo pai”, cujo pressuposto é o de que a paternidade se tornou uma oportunidade inédita para os homens expressarem seus sentimentos e poderem atuar mais ativamente no cuidado dos filhos. Incluiria também uma relação mais igualitária e fluida com a parceira, demonstrável, principalmente, na divisão das tarefas (BUSTAMANTE, 2005). Para Gomes e Resende (2004), este novo pai transita entre os valores atuais e os antigos. Contudo, não existe uma concordância quanto a radicalidade destas transformações sobre a figura paterna, de tal modo que existem discussões que ponderam se realmente há uma mudança estrutural, ou as alterações observadas ao longo dos tempos não são de natureza superficial e de pouco impacto real. A favor da assertiva de uma transformação radical, Balancho (2004) supõe que esse “novo pai” surge a partir do desejo da “nova mulher”, que, ao ver-se só, tentando dar

conta de ser mãe e da dupla jornada de trabalho, idealizou um novo homem que pudesse dividir com ela seus encargos. É o que também aponta Lamb (2010), segundo o qual a paternidade de hoje abrange um grande número de atividades que eram anteriormente vistas como tipicamente da maternidade.

Para Bustamante (2005), as mudanças sociais têm impacto por promoverem a renegociação dos significados da paternidade, os quais são perpassados por paradoxos e tensões que modificam a forma como os homens percebem a si próprios como pais e como praticam a paternidade. Seidler (2000) enfatiza a importância de se distinguir o que é característico da natureza da paternidade, portanto, quais são as relações que os homens podem ter como pais com os seus filhos. Assim, de acordo com esta autora, cabe aos homens definir quais são as responsabilidades e qualidades que devem ser particulares para a paternidade. A diversidade das experiências dos homens só pode ser acessada se os homens se expressarem a respeito de suas tensões e dificuldades a respeito das funções exercidas como pais.

Lamb (2010) aponta que, para o desenvolvimento dos filhos, é fundamental a participação de ambos os genitores. As funções de pai e mãe são complementares. Sendo assim, seus comportamentos e atitudes são imprescindíveis para a prole. Esta ideia parece ir de encontro aos pais diádicos propostos por Colman e Colman (1990), conforme vimos no terceiro capítulo. Entretanto, Jablonski (1998) demonstra que existe uma divisão desigual no que se refere ao cuidado com os filhos entre pais e mães: para cada hora gasta pelo pai com os filhos, a mãe gasta de três a cinco horas com o mesmo. Além disso, as atividades costumam ser diferenciadas, ficando as mães com as tarefas mais desgastantes e os pais com atividades recreativas e mais leves. Na pesquisa de Silva e Piccinini (2007), constatou-se existir uma lacuna entre o que os pais pensam a respeito de seu papel e suas ações efetivas. Os autores supõem que tal divergência possa aparecer justamente pela paternidade estar passando por um momento de transição, com o surgimento de novos modelos de papéis parentais.

O novo pai passou a ser representado na cultura e nos meios artísticos como mais envolvido emocionalmente e mais participativo e comprometido com seus filhos, sendo considerado tão capaz quanto à mãe de ministrar estes cuidados e assumir as responsabilidades. Na pesquisa de Benedito Medrado (1998) sobre representações do masculino na mídia, observa-se que nos comerciais que se

enquadram na categoria “cuidados infantis”, cabe ao pai educar moralmente ou garantir o futuro financeiro dos filhos. E alguns outros são voltados para o humor mostrando de forma caricata as trapalhadas dos homens tentando exercer tais tarefas com crianças que sempre dão errado. Assim, apesar das mudanças, a crença popular ainda prevalece nestas manifestações, reafirmando o antigo ditado “levo papai no bolso e mamãe no coração”.

Maciel (2010) afirma que o pai é uma figura fundamental na estrutura da personalidade da criança. Curiosamente, seu papel, diferentemente do da mãe, mudou radicalmente nos últimos cem anos. O autor explora os anseios e as inseguranças que acometem os homens prestes a se tornarem pais pela primeira vez. Neste sentido, destaca que a chegada de uma criança gera muitas reações emocionais nos pais, levando-os a se questionarem a respeito das suas capacidades de criar bem os filhos. Ao mesmo tempo, surge um processo de idealização, no qual muitos homens, ou até mesmo o casal, constroem a ilusão de que a vinda de um filho teria um efeito de união sobre a família e de um apaziguamento de seus conflitos. Desde os primeiros dias, o bebê possui a percepção do pai. Portanto o pai entra muito mais cedo na vida da criança do que se supunha anteriormente. Silva e Piccinini (2007) verificaram que há um expressivo envolvimento dos pais com seus filhos no período da gestação, tanto em termos emocionais quanto comportamentais.

Na tentativa de explicar a insegurança dos homens como pais nos dias atuais, Zoja (2005) apresenta o “paradoxo do pai”, no qual afirma que o comportamento do pai oscila entre duas leis, uma de cunho pessoal e outra da esfera pública. A primeira lei a que está submetido é no âmbito da família, em que lhe é atribuído o exercício de uma lei moral. Na sociedade, ele deve respeitar uma segunda lei que é a da força. O pai como uma pessoa única não pode se dividir em dois para dar conta das demandas muitas vezes contraditórias da família e da sociedade. Em um momento anterior, esta insegurança era mascarada por ser pouco compatível com o papel de pai. Na tradição ocidental, é preferível que o pai seja injusto, porém vencedor. Em muitos aspectos da vida, faz-se necessário o uso da força para se vencer, e isto implica uma limitação da expressão dos sentimentos.

Um segundo paradoxo é a face coletiva do primeiro. Surge a partir da sociedade patriarcal europeia, sendo disseminado pelo mundo através da

colonização e, posteriormente, pela globalização. Tomando por base o cristianismo, as civilizações europeias se expandiram com o uso da força através de guerras, pilhagens, a desertificação da Natureza e a submissão dos povos mais fracos. As ações das grandes potências europeias são contraditórias com os próprios preceitos da religião cristã: ao mesmo tempo em que difundiram a racionalidade pelo planeta, partiram de um axioma irracional. Assim, da mesma forma que o pai individual, este patriarcado oscila entre as leis do amor e da força, que estão distantes de chegar a uma síntese (ZOJA, 2005).

Contrariando a perspectiva de um “novo pai”, Zoja (2001) sustenta que, na atualidade, ocorre um esvaziamento da figura paterna, na medida em que, simbolicamente, o arquétipo do pai não está operando como autoridade. Questiona, assim, a ideia de um “novo pai”, criticando o excesso de identificação desta figura com as características femininas e de mãe. Nesse sentido, advoga que, ainda que seja uma regressão social, ainda que politicamente correto, este “novo pai” não resolve o problema da ausência do pai simbólico e arquetípico na educação e na socialização dos filhos.

Para Zoja (2005), a instabilidade das sociedades modernas não pode ser atribuída ao enfraquecimento do pai, este seria apenas uma de suas manifestações. Para o autor a imagem do pai ocidental atual é formada a partir de um longo desenvolvimento histórico que tem suas raízes no mito grego e no direito romano. Na atualidade, o domínio da mídia de massa favorece a vivência de uma cultura de satisfação imediata, que não considera mais o planejamento do futuro e a importância da tradição. Muitos estudos sobre a paternidade atual lamentam a ausência de um pai bondoso e ao mesmo tempo reproduzem uma atitude muito afastada da responsabilidade, da estabilidade e da tradição.

Apesar de todas as incertezas vividas pelos homens e pais,

Importa também reconhecer que, por todas as partes, surgem figuras concretas de pais que com sucesso enfrentam as crises, vivem com dignidade, trabalham, cumprem seus deveres, mostram responsabilidade e determinação e desta forma cumprem a função arquetípica e simbólica para com os filhos/filhas. É uma função indispensável para que eles amadureçam e ingressem na vida sem traumas até que se façam eles mesmos pais e mães de si mesmos. É a maturidade (BOFF, 2013).